

REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO



JANEIRO/MARÇO-2001

223

FGV Fundação Getúlio Vargas

SUMÁRIO

Doutrina

Algumas notas sobre órgãos constitucionalmente autônomos (Um estudo de caso sobre os Tribunais de Contas no Brasil) — DIOGO DE FIGUEIREDO MOREIRA NETO	01
Constituições reconstituídas — CAIO TÁCITO	25
Uso do espaço urbano por concessionárias de serviços de telecomunicações — ADILSON ABREU DALLARI	29
Reforma, revisão e emenda constitucional, no direito brasileiro — MANOEL GONÇALVES FERREIRA FILHO	53
O direito ambiental no Brasil: evolução histórica e a relevância do direito internacional do meio ambiente — GEORGETTE NACARATO NAZO e TOSHIO MUKAI	75
Cidadania e direitos humanos — ÁLVARO LAZZARINI	105
Contrato administrativo e a lei de arbitragem — MAURO ROBERTO GOMES DE MATTOS	115
Universalização de serviços públicos e competição — O caso da distribuição de gás natural — FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO	133
Direitos sociais e globalização: limites ético-jurídicos ao realinhamento constitucional — DANIEL SARMENTO	153
A unicidade orgânica da representação judicial e da consultoria jurídica do Estado de Minas Gerais — MARCO TÚLIO DE CARVALHO ROCHA	169
O princípio da proporcionalidade no direito econômico — ALEXANDRE SANTOS DE ARAGÃO	199

Jurisprudência dos Tribunais

Desapropriação — Procedimento administrativo — Medida cautelar suspensiva	231
Comentário por PEDRO GORDILHO	248
Comissão Parlamentar de Inquérito — Quebra de sigilo bancário — Fundamentação obrigatória	250
Servidores da justiça — Servidor público — Aposentadoria compulsória	251
Desapropriação — Reforma agrária — Benfeitorias	254
Inativos — contribuição previdenciária — Inconstitucionalidade	258
Comissão Parlamentar de Inquérito — Inativos, contribuição previdenciária	260
Comissão Parlamentar de Inquérito — Indiciado — Auto-incriminação	267

Jurisprudência Administrativa

Teto de remuneração — Vantagem pessoal — Exclusão	275
Imposto de renda — Pessoa física — Normas	281

Tribunal de Contas da União

Aposentadoria — Arredondamento do tempo de serviço — Utilidade 303

Pareceres

Igualdade — Isonomia tributária — Discriminação entre minerais do país e outras mercadorias nacionais — Inconstitucionalidade de projeto de lei complementar 307

Serviço social autônomo — Remuneração — Competência 314

Regime Jurídico dos contratos para fornecimento de energia elétrica com agência reguladora do setor — Interpretação de disposições legais e contratuais — Repasses automáticos de aumentos de tributos e encargos legais — Parecer. 318

Notas e comentários

Instrução normativa nº 25, de 6 de março de 2001 333

Portaria nº 44, de 20 de fevereiro de 2001 351

Legislação

Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000 — Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho — CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. 355

Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 — Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. 356

Lei nº 10.099, de 19 de dezembro de 2000 — Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, regulamentando o disposto no § 3º do art. 100 da Constituição Federal, definindo obrigações de pequeno valor para a Previdência Social. 360

Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000 — Institui contribuição de intervenção de domínio econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação e dá outras providências. 361

Lei nº 10.169, de 29 de dezembro de 2000 — Regula o § 2º do art. 236 da Constituição Federal, mediante o estabelecimento de normas gerais para a fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro. 362

Lei nº 10.170, de 29 de dezembro de 2000 — Acrescenta parágrafo ao art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, dispensando as instituições religiosas do recolhimento da contribuição previdenciária incidente sobre o valor pago aos ministros de confissão religiosa, membros de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa. 363

Razões de veto 364

Razões de veto 365

Razões de veto 365

Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001 — Dispõe sobre os títulos da dívida pública de responsabilidade do Tesouro Nacional, consolidando a legislação em vigor sobre a matéria. 367

Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001 — Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. 369

Lei nº10.181, de 12 de fevereiro de 2001 — Autoriza a União a adquirir ou pagar obrigações de pessoas jurídicas de direito público interno, relativas a operações financeiras externas, e dá outras providências.	377
Lei nº 10.182, de 12 de fevereiro de 2001 — Restaura a vigência da Lei nº8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis destinados ao transporte autônomo de passageiros e ao uso de portadores de deficiência física, reduz o imposto de importação para os produtos que especifica, e dá outras providências.	378
Lei nº 10.183, de 12 de fevereiro de 2001 — Altera dispositivo da Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996, que institui a Taxa de Juros de Longo Prazo — TJLP, dispõe sobre a remuneração dos recursos do Fundo de Participação PIS-PASEP, do Fundo de Amparo ao Trabalhador e do Fundo da Marinha Mercante.	379
Lei nº10.184, de 12 de fevereiro de 2001 — Dispõe sobre a concessão de financiamento vinculado à exportação de bens ou serviços nacionais, e dá outras providências.	380
Lei nº 10.185, de 12 de fevereiro de 2001 — Dispõe sobre a especialização das sociedades seguradoras em planos privados de assistência à saúde e dá outras providências.	382
Lei nº 10.186, de 12 de fevereiro de 2001 — Dispõe sobre a realização de contratos de financiamento do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar — PRONAF, e de projetos de estruturação dos assentados e colonos nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária, aprovados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, bem como dos beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária — Banco da Terra, com risco para o Tesouro Nacional ou para os Fundos Constitucionais das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e dá outras providências.	383
Lei nº 10.187, de 12 de fevereiro de 2001 — Institui a Gratificação de Incentivo à Docência e dá outras providências.	385
Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001 — Cria o Programa de Arrendamento Residencial, institui o arrendamento residencial com opção de compra e dá outras providências.	389
Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001 — Dispõe sobre o Programa de Recuperação Fiscal — Refis.	391
Lei nº 10.190, de 14 de fevereiro de 2001 — Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, da Lei nº 5.627, de 1º de dezembro de 1970, e dá outras providências.	393
Lei nº 10.191, de 14 de fevereiro de 2001 — Dispõe sobre a aquisição de produtos para a implementação de ações de saúde no âmbito do Ministério da Saúde.	394
Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001 — Dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real e dá outras providências.	395
Lei nº 10.193, de 14 de fevereiro de 2001 — Institui o Programa Especial de Financiamento para combate aos efeitos da estiagem na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE, e dá outras providências.	397
Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001 — Dispõe sobre a instituição de sociedades de crédito ao microempreender, altera dispositivos das Leis nºs 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 8.029, de 12 de abril de 1990, e 8.934, de 18 de novembro de 1994, e dá outras providências.	399

Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001 — Institui medidas adicionais de estímulo e apoio à reestruturação e ao ajuste fiscal dos Estados e dá outras providências.	401
Lei nº 10.196, de 14 de fevereiro de 2001 — Altera e acresce dispositivo à Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, e dá outras providências.	403
Lei nº 10.197, de 14 de fevereiro de 2001 — Acresce dispositivos ao Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969, para dispor sobre o financiamento a projeto de implantação e recuperação de infra-estrutura de pesquisa nas instituições públicas de ensino superior e de pesquisa, e dá outras providências.	404
Lei nº 10.198, de 14 de fevereiro de 2001 — Dispõe sobre a regulação, fiscalização e supervisão dos mercados de títulos ou contratos de investimento coletivo, e dá outras providências.	405
Lei nº 10.199, de 14 de fevereiro de 2001 — Dá nova redação aos arts. 6º e 9º d Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, e acresce dispositivo à Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996.	406
Lei nº 10.200, de 14 de fevereiro de 2001 — Acresce e altera dispositivos da Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994, que institui a Cédula de Produto Rural, e dá outras providências.	407
Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001 — Institui o Fundo Nacional de Segurança Pública — FNSP, e dá outras providências.	407
Lei nº 10.202, de 20 de fevereiro de 2001 — Altera o art. 10 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo, e acresce dispositivos ao art. 10 da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, que dispõe sobre a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis e estabelece sanções administrativas.	409
Lei nº 10.205, de 21 de março de 2001 — Regulamenta o § 4º do art. 199 da Constituição Federal, relativo à coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados, estabelece o ordenamento institucional indispensável à execução adequada dessas atividades, e dá outras providências.	409
Decreto nº 3.722, de 9 de janeiro de 2001 — Regulamenta o art. 34 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores — SICAF.	415
Decreto nº 3.751, de 15 de fevereiro de 2001 — Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela Administração Pública Federal direta e indireta, para fins de gestão de projetos, no âmbito dos acordos de cooperação técnica com organismos internacionais.	416
Decreto nº 3.735, de 24 de janeiro de 2001 — Estabelece diretrizes aplicáveis às empresas estatais federais e outras providências.	419
Decreto nº 3.771, de 13 de março de 2001 — Altera o Decreto nº 99.658, de 30 de outubro de 1990, que regulamenta, no âmbito da Administração Pública Federal, o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de material.	421
Mensagem nº 232, de 21 de março de 2001	421
Índice Analítico	423